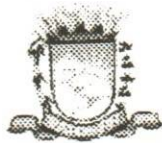




**PREFEITURA DE
PATOS**
INOVACAO E TRABALHO POR
UMA CIDADE CADA VEZ MELHOR!



Câmara Municipal
de Patos

Processo PRTD 20/2026 - Data 06/02/2026 - Hora 11:20:36
Assunto: OFICIO N° 35/2026- GABINETE DO PREFEITO.A
EXCELENTÍSSIMA SENHORA PRESIDENTE DA CÂMARA
MUNICIPAL DE PATOS/PB SRA. VALTIDE PAULINO
SANTOS.ASSUNTO: ENCAMINHA PROJETO DE LEI N°
02/2026-PE.

Remetente: NABOR WANDERLEY DA NOBREGA FILHO ()

Patos/PB, 28 de janeiro de 2026.

Ofício nº: 35/2026 - GABINETE DO PREFEITO

A Sua Excelência a Senhora
Valtide Paulino dos Santos
Presidente da Câmara do Município de Patos/PB



ASSUNTO: Encaminha – Projeto de Lei nº 02/2026 - PE.

Ao tempo que renovo os votos de apreço, venho, por meio deste, usando das atribuições e competências legais, *mui* respeitosamente, encaminhar a Vossa Excelência Projeto de Lei em anexo, conforme abaixo:

Projeto de Lei nº 02/2026 – PE: Dispõe sobre a criação da Indenização por Plantões Extras dos Agentes de Trânsito do Município de Patos – PB e dá outras providências.

Por oportuno, segue em anexo, ainda, Justificativa, para apreciação dessa Casa Legislativa, à qual solicito que, após leitura e análise, seja por intermédio de Vossa Excelência enviado à Plenária para deliberação e, por conseguinte, aprovação.

Sem mais para o presente momento, renovo os votos de estima e consideração.

Atenciosamente,


Nabor Wanderley da Nobrega Filho
Prefeito Constitucional



**PREFEITURA DE
PATOS**
INOVACAO E TRABALHO POR
UMA CIDADE CADA VEZ MELHOR!



Pacto Nacional pela
**Primeira
Infância**





**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS
GABINETE DO PREFEITO**



PROJETO DE LEI Nº 02/2026, de 28 de janeiro de 2026.



Processo PLPE 2/2026 - Data 06/02/2026 - Hora 11:22:51
Assunto: DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA INDENIZAÇÃO
POR PLANTÕES EXTRAS DOS AGENTES DE TRÂNSITO
DO MUNICÍPIO DE PATOS-PB E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

Remetente: NABOR WANDERLEY DA NOBREGA FILHO ()

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA
INDENIZAÇÃO POR PLANTÕES
EXTRAS DOS AGENTES DE
TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE
PATOS - PB E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PATOS, ESTADO DA PARAÍBA, encaminha para tramitação, apreciação e aprovação pela Câmara Municipal, o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre criação da indenização por plantões extras dos Agentes de Trânsito da Superintendência de Trânsito e Transportes de Patos - STTRANS.

Art. 2º Fica instituída indenização, de caráter temporário e emergencial, a ser concedida ao integrante da carreira de Agentes de Trânsito que, voluntariamente, deixar de gozar integralmente do repouso remunerado de seu regime de turno ou escala.

§ 1º - O limite de plantões, por mês, para os servidores de que trata o "caput" deste artigo fica 10 (dez) Plantões extras, de 12 (doze) horas por plantão ou 06 (seis) horas por plantão.

§ 2º - O valor por plantão extra de 12 (horas) horas, será indenizado no valor R\$ 300,00 (trezentos reais).

§ 3º - O valor por plantão extra de 06 (seis) horas, será indenizado no valor R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais).

§ 4º - A importância paga a título de Plantão não será incorporada aos vencimentos ou salários para quaisquer efeitos legais, não incidindo sobre ela vantagens de qualquer natureza.

§ 5º - A indenização prevista nesta lei será paga diretamente pela tesouraria da Superintendência de Trânsito e Transportes de Patos.

§ 6º - Os valores das indenizações previstos nos §§ 2º e 3º do art. 1º desta Lei poderão ser atualizados por ato do Chefe do Poder Executivo;

§ 7º - A STTRANS sempre que possível disponibilizar veículos viaturas para os Agentes de Trânsito de serviços nos plantões extras previstos nesta lei, e,

§ 8º - Os plantões extras para as operações especiais de fiscalização e policiamento de trânsito denominadas "blitz" poderá ser encerrado no término destas operações, ficando a critério do superintendente a decisão, podendo o servidor ser liberado antes carga horaria estabelecidas nos §§ 2º e 3º, respectivamente previstos nesta lei, sem prejuízo nos valores das indenizações.

§ 9º - Os valores de que tratam os §§ 2º e 3º poderão ser reajustados através de Decreto do Poder Executivo, obedecendo o intervalo mínimo de 12 (doze) meses entre as concessões.

Art. 3º Ato do Superintendente de Trânsito e Transportes de Patos estabelecerá:



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS
GABINETE DO PREFEITO



I – as condições e os critérios necessários ao recebimento da indenização de que trata esta Lei, os quais observarão os princípios da voluntariedade, da excepcionalidade, da impessoalidade, da transitoriedade, da eficiência e da supremacia do interesse público; e

II – a necessidade quantitativa e qualitativa de servidores que a Superintendência de Trânsito e Transportes deverá disponibilizar para o atendimento da demanda das atividades de em consonância com os calendários nacional e regional de operações e as atividades emergenciais e excepcionais.

Art. 4º A indenização a que se refere o art. 1º desta Lei não poderá ser paga cumulativamente com diárias ou com indenização de campo.

Parágrafo único. Na hipótese de ocorrência da cumulatividade de que trata o caput deste artigo, será paga ao servidor a verba indenizatória de maior valor.

Art. 5º A indenização de que trata o art. 1º desta Lei:

I – não será sujeita à incidência de contribuição previdenciária;

II – não será incorporada ao subsídio do servidor; e

III – não poderá ser utilizada como base de cálculo para outras vantagens, sequer para fins de cálculo dos proventos de aposentadoria ou de pensão por morte.

Art. 6º As despesas decorrentes desta Lei só poderão ocorrer havendo disponibilidade financeira na Superintendência de Trânsito e Transportes de Patos – STTRANS.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário, ao passo que as despesas ocorrerão por meio de dotação orçamentária própria, retroagindo seus efeitos para o dia 01 de fevereiro de 2026.

Patos - PB, 28 de janeiro de 2026.


Nabor Wanderley da Nobrega Filho
Prefeito Constitucional



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS
GABINETE DO PREFEITO**



JUSTIFICATIVA

Senhora Presidente.
Senhores Vereadores.

O presente Projeto de Lei tem por objetivo reconhecer e regulamentar o direito dos Agentes de Trânsito do Município de Patos – PB à indenização por plantões extras, realizados fora da jornada normal de trabalho.

Os agentes desempenham papel essencial na organização do tráfego, na segurança viária e no atendimento de ocorrências que exigem disponibilidade além do expediente regular, especialmente em eventos, feriados prolongados e operações especiais.

A indenização proposta não possui caráter remuneratório, mas visa compensar o esforço e a dedicação dos servidores em situações excepcionais, valorizando a categoria e assegurando maior eficiência no serviço público de trânsito.

Dessa forma, este projeto representa um avanço na valorização funcional dos Agentes de Trânsito, em consonância com os princípios da eficiência, da razoabilidade e da dignidade do servidor público.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres pares para a aprovação deste Projeto de Lei.

Renovo, por fim, meus protestos de elevada estima e consideração.


Nabor Wanderley da Nóbrega Filho
Prefeito Constitucional



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS
GABINETE DO PREFEITO



PROJETO DE LEI Nº 02/2026, de 28 de janeiro de 2026.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA
INDENIZAÇÃO POR PLANTÕES
EXTRAS DOS AGENTES DE
TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE
PATOS - PB E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PATOS, ESTADO DA PARAÍBA, encaminha para tramitação, apreciação e aprovação pela Câmara Municipal, o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre criação da indenização por plantões extras dos Agentes de Trânsito da Superintendência de Trânsito e Transportes de Patos - STTRANS.

Art. 2º Fica instituída indenização, de caráter temporário e emergencial, a ser concedida ao integrante da carreira de Agentes de Trânsito que, voluntariamente, deixar de gozar integralmente do repouso remunerado de seu regime de turno ou escala.

§ 1º - O limite de plantões, por mês, para os servidores de que trata o "caput" deste artigo fica 10 (dez) Plantões extras, de 12 (doze) horas por plantão ou 06 (seis) horas por plantão.

§ 2º - O valor por plantão extra de 12 (horas) horas, será indenizado no valor R\$ 300,00 (trezentos reais).

§ 3º - O valor por plantão extra de 06 (seis) horas, será indenizado no valor R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais).

§ 4º - A importância paga a título de Plantão não será incorporada aos vencimentos ou salários para quaisquer efeitos legais, não incidindo sobre ela vantagens de qualquer natureza.

§ 5º - A indenização prevista nesta lei será paga diretamente pela tesouraria da Superintendência de Trânsito e Transportes de Patos.

§ 6º - Os valores das indenizações previstos nos §§ 2º e 3º do art. 1º desta Lei poderão ser atualizados por ato do Chefe do Poder Executivo;

§ 7º - A STTRANS sempre que possível disponibilizar veículos viaturas para os Agentes de Trânsito de serviços nos plantões extras previstos nesta lei, e,

§ 8º - Os plantões extras para as operações especiais de fiscalização e policiamento de trânsito denominadas "blitz" poderá ser encerrado no término destas operações, ficando a critério do superintendente a decisão, podendo o servidor ser liberado antes carga horária estabelecidas nos §§ 2º e 3º, respectivamente previstos nesta lei, sem prejuízo nos valores das indenizações.

§ 9º - Os valores de que tratam os §§ 2º e 3º poderão ser reajustados através de Decreto do Poder Executivo, obedecendo o intervalo mínimo de 12 (doze) meses entre as concessões.

Art. 3º Ato do Superintendente de Trânsito e Transportes de Patos estabelecerá:

P



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS
GABINETE DO PREFEITO



I – as condições e os critérios necessários ao recebimento da indenização de que trata esta Lei, os quais observarão os princípios da voluntariedade, da excepcionalidade, da impessoalidade, da transitoriedade, da eficiência e da supremacia do interesse público; e

II – a necessidade quantitativa e qualitativa de servidores que a Superintendência de Trânsito e Transportes deverá disponibilizar para o atendimento da demanda das atividades de em consonância com os calendários nacional e regional de operações e as atividades emergenciais e excepcionais.

Art. 4º A indenização a que se refere o art. 1º desta Lei não poderá ser paga cumulativamente com diárias ou com indenização de campo.

Parágrafo único. Na hipótese de ocorrência da cumulatividade de que trata o caput deste artigo, será paga ao servidor a verba indenizatória de maior valor.

Art. 5º A indenização de que trata o art. 1º desta Lei:

I – não será sujeita à incidência de contribuição previdenciária;

II – não será incorporada ao subsídio do servidor; e

III – não poderá ser utilizada como base de cálculo para outras vantagens, sequer para fins de cálculo dos proventos de aposentadoria ou de pensão por morte.

Art. 6º As despesas decorrentes desta Lei só poderão ocorrer havendo disponibilidade financeira na Superintendência de Trânsito e Transportes de Patos – STTRANS.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário, ao passo que as despesas ocorrerão por meio de dotação orçamentária própria, retroagindo seus efeitos para o dia 01 de fevereiro de 2026.

Patos - PB, 28 de janeiro de 2026.


Nabor Wanderley da Nobrega Filho
Prefeito Constitucional



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS
GABINETE DO PREFEITO**



JUSTIFICATIVA

Senhora Presidente.
Senhores Vereadores.

O presente Projeto de Lei tem por objetivo reconhecer e regulamentar o direito dos Agentes de Trânsito do Município de Patos – PB à indenização por plantões extras, realizados fora da jornada normal de trabalho.

Os agentes desempenham papel essencial na organização do tráfego, na segurança viária e no atendimento de ocorrências que exigem disponibilidade além do expediente regular, especialmente em eventos, feriados prolongados e operações especiais.

A indenização proposta não possui caráter remuneratório, mas visa compensar o esforço e a dedicação dos servidores em situações excepcionais, valorizando a categoria e assegurando maior eficiência no serviço público de trânsito.

Dessa forma, este projeto representa um avanço na valorização funcional dos Agentes de Trânsito, em consonância com os princípios da eficiência, da razoabilidade e da dignidade do servidor público.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres pares para a aprovação deste Projeto de Lei.

Renovo, por fim, meus protestos de elevada estima e consideração.


Nabor Wanderley da Nóbrega Filho
Prefeito Constitucional



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS
GABINETE DO PREFEITO**



PROJETO DE LEI Nº 02/2026, de 28 de janeiro de 2026.

**DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA
INDENIZAÇÃO POR PLANTÕES
EXTRAS DOS AGENTES DE
TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE
PATOS - PB E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE PATOS, ESTADO DA PARAÍBA, encaminha para tramitação, apreciação e aprovação pela Câmara Municipal, o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre criação da indenização por plantões extras dos Agentes de Trânsito da Superintendência de Trânsito e Transportes de Patos - STTRANS.

Art. 2º Fica instituída indenização, de caráter temporário e emergencial, a ser concedida ao integrante da carreira de Agentes de Trânsito que, voluntariamente, deixar de gozar integralmente do repouso remunerado de seu regime de turno ou escala.

§ 1º - O limite de plantões, por mês, para os servidores de que trata o "caput" deste artigo fica 10 (dez) Plantões extras, de 12 (doze) horas por plantão ou 06 (seis) horas por plantão.

§ 2º - O valor por plantão extra de 12 (horas) horas, será indenizado no valor R\$ 300,00 (trezentos reais).

§ 3º - O valor por plantão extra de 06 (seis) horas, será indenizado no valor R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais).

§ 4º - A importância paga a título de Plantão não será incorporada aos vencimentos ou salários para quaisquer efeitos legais, não incidindo sobre ela vantagens de qualquer natureza.

§ 5º - A indenização prevista nesta lei será paga diretamente pela tesouraria da Superintendência de Trânsito e Transportes de Patos.

§ 6º - Os valores das indenizações previstos nos §§ 2º e 3º do art. 1º desta Lei poderão ser atualizados por ato do Chefe do Poder Executivo;

§ 7º - A STTRANS sempre que possível disponibilizar veículos viaturas para os Agentes de Trânsito de serviços nos plantões extras previstos nesta lei, e,

§ 8º - Os plantões extras para as operações especiais de fiscalização e policiamento de trânsito denominadas "blitz" poderá ser encerrado no término destas operações, ficando a critério do superintendente a decisão, podendo o servidor ser liberado antes carga horaria estabelecidas nos §§ 2º e 3º, respectivamente previstos nesta lei, sem prejuízo nos valores das indenizações.

§ 9º - Os valores de que tratam os §§ 2º e 3º poderão ser reajustados através de Decreto do Poder Executivo, obedecendo o intervalo mínimo de 12 (doze) meses entre as concessões.

Art. 3º Ato do Superintendente de Trânsito e Transportes de Patos estabelecerá:

P



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS
GABINETE DO PREFEITO



I – as condições e os critérios necessários ao recebimento da indenização de que trata esta Lei, os quais observarão os princípios da voluntariedade, da excepcionalidade, da impessoalidade, da transitoriedade, da eficiência e da supremacia do interesse público; e

II – a necessidade quantitativa e qualitativa de servidores que a Superintendência de Trânsito e Transportes deverá disponibilizar para o atendimento da demanda das atividades de em consonância com os calendários nacional e regional de operações e as atividades emergenciais e excepcionais.

Art. 4º A indenização a que se refere o art. 1º desta Lei não poderá ser paga cumulativamente com diárias ou com indenização de campo.

Parágrafo único. Na hipótese de ocorrência da cumulatividade de que trata o caput deste artigo, será paga ao servidor a verba indenizatória de maior valor.

Art. 5º A indenização de que trata o art. 1º desta Lei:

I – não será sujeita à incidência de contribuição previdenciária;

II – não será incorporada ao subsídio do servidor; e

III – não poderá ser utilizada como base de cálculo para outras vantagens, sequer para fins de cálculo dos proventos de aposentadoria ou de pensão por morte.

Art. 6º As despesas decorrentes desta Lei só poderão ocorrer havendo disponibilidade financeira na Superintendência de Trânsito e Transportes de Patos – STTRANS.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário, ao passo que as despesas ocorrerão por meio de dotação orçamentária própria, retroagindo seus efeitos para o dia 01 de fevereiro de 2026.

Patos - PB, 28 de janeiro de 2026.


Nabor Wanderley da Nóbrega Filho
Prefeito Constitucional



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS
GABINETE DO PREFEITO**



JUSTIFICATIVA

Senhora Presidente.
Senhores Vereadores.

O presente Projeto de Lei tem por objetivo reconhecer e regulamentar o direito dos Agentes de Trânsito do Município de Patos – PB à indenização por plantões extras, realizados fora da jornada normal de trabalho.

Os agentes desempenham papel essencial na organização do tráfego, na segurança viária e no atendimento de ocorrências que exigem disponibilidade além do expediente regular, especialmente em eventos, feriados prolongados e operações especiais.

A indenização proposta não possui caráter remuneratório, mas visa compensar o esforço e a dedicação dos servidores em situações excepcionais, valorizando a categoria e assegurando maior eficiência no serviço público de trânsito.

Dessa forma, este projeto representa um avanço na valorização funcional dos Agentes de Trânsito, em consonância com os princípios da eficiência, da razoabilidade e da dignidade do servidor público.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres pares para a aprovação deste Projeto de Lei.

Renovo, por fim, meus protestos de elevada estima e consideração.


Nabor Wanderley da Nóbrega Filho
Prefeito Constitucional



PROCESSO
PREFIXO / NÚMERO

FOLHA Nº

Expediente à Comissão Permanente



Em / /

- Presidente



Estado da Paraíba

Câmara Municipal de Patos

Diário Oficial do Poder Legislativo



Lei Nº 2.666/99, de 26 de março de 1999

Sexta-feira, 06 de fevereiro de 2026

Tiragem desta edição: 100 exemplares

MESA DIRETORA BIÊNIO 2025-2026

Presidente: Valtide Paulino Santos
1º Vice-Presidente: José Ítalo Gomes Candido
2º Vice-Presidente: Brenna Victória Leonardo Ferreira Nóbrega
1º Secretário: Emanuel Rodrigues de Araújo
2º Secretário: Marco César Souza Siqueira (Licenciado)
3º Secretário: Rafael Gomes Dantas

EDITAIS E AVISOS

ESTADO DA PARAÍBA CÂMARA MUNICIPAL DE PATOS CASA JUVENAL LÚCIO DE SOUSA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A PRESIDENTE DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PATOS-PB, no uso das atribuições que lhes são conferidas, de acordo com o I do Art. 34, da Lei Orgânica do município de Patos, e

Considerando o caráter de urgência urgentíssima que as matérias requerem para que o município de Patos faça as adequações e atualizações necessárias para o planejamento orçamentário que afetam inúmeras famílias no nosso município.

RESOLVE:

Convocar todos os vereadores (as) com assento nesta Casa Legislativa, para participarem das Sessões Extraordinárias, a serem realizadas nos dias **10 e 12 de fevereiro**, do corrente ano, às 18hs, a fim de apreciar matérias de relevante interesse municipal, e para reunião das Comissões Permanentes no dia **11 de fevereiro do corrente ano, às 9h**, para emitirem pareceres as matérias citadas neste edital;

PAUTA:

PROJETO DE LEI N.º 01/2026-PE

ALTERA A LEI Nº 4.251 de 30 DE AGOSTO DE 2013, PARA DISPOR SOBRE A COMPOSIÇÃO PARITÁRIA ENTRE REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO E DA SOCIEDADE CIVIL NO CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE.

PROJETO DE LEI N.º 02/2026-PE

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA INDENIZAÇÃO POR PLANTÕES EXTRAS DOS AGENTES DE TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE PATOS-PB, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PROJETO DE LEI N.º 03/2026-PE

CONCEDE REAJUSTE DO SALÁRIO MÍNIMO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS EFETIVOS, COMISSINADOS E CONTRATADOS, ATUALIZA OS PISOS NACIONAL DO MAGISTÉRIO E O DOS ACS E ACE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.


PROJETO DE LEI N.º 04/2026-PE

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL AO ORÇAMENTO VIGENTE PARA FINS QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PROJETO DE LEI N.º 05/2026-PE

AUTORIZA A ATUALIZAÇÃO DO PAGAMENTO DO VALOR A TÍTULO DE PATROCÍNIO DO SÃO JOÃO DE PATOS.

Câmara Municipal de Patos-PB. Em 06 de fevereiro de 2026.


Valtide Paulino Santos
PRESIDENTE

CONTRATOS E CONVÊNIOS

ESTADO DA PARAÍBA CAMARA MUNICIPAL DE PATOS

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 054/2024

CONTRATANTE: CAMARA MUNICIPAL DE PATOS

CONTRATADO: ECONSULTORIA - SERVICOS DE CONSULTORIA AMBIENTAL, SAUDE E ENGENHARIA DO TRABALHO LTDA, CNPJ nº 32.395.540/0001-08

OBJETO: Constitui objeto deste aditivo a prorrogação do prazo do Contrato nº. 054/2024 datado de 17 de junho de 2024, resultante da Dispensa nº 020/2024, na alteração da Cláusula Quinta, prorrogando sua vigência por mais 07 (sete) meses, iniciando – se dia 31 de janeiro de 2026, e terminando dia 31 de agosto de 2026, conforme planilha abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	P. UNIT	P. TOTAL
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE CONSULTORIA EM GESTÃO DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO, COMPREENDENDO: ENVIO SST ANUAL - EVETOS S-2220 (ASOS); 2240 (LTCAT); 2210 (CAT); GESTÃO OCUPACIONAL PERSONALIZADA, INTERMEDIADA PELO SOFTWARE DE SSST, SISTEMA ESO; GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS (GRO); PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS (PGR); PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO E SAÚDE OCUPACIONAL (PCMSO); LAUDO TECNICO DAS CONDIÇÕES DO TRABALHO (LTCAT); EMISSÃO DO PERFIL PROFISSIONOGRÁFICO PREVIDENCIÁRIO (PPP) APARTI DE JAN/2023; EMISSÃO DA COMUNICAÇÃO DE ACIDENTE DE TRABALHO (CAT); GESTÃO DE ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL (ASO); GESTÃO DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO PARA PLATAFORMA DO E-SOCIAL, COM ENVIO DOS EVENTOS S-2210: COMUNICAÇÃO DE ACIDENTE DE TRABALHO (CAT); S-2220: MONITORAMENTO DA SAÚDE DO TRABALHADOR (ASO); E S-2240: CONDIÇÕES AMBIENTAIS DO TRABALHO (AGENTES NOCIVOS); E TREINAMENTOS E SEGURANÇA DO TRABALHO; ASOS - EXAME CLÍNICO ADMISIONAL, DEMISSIONAL, PERIODICO, MUDANÇA DE RISCO OCUPACIONAL E RETORNO AO TRABALHO; Para subsidiar as informações para a contratação, hoje consta na Câmara 145 (cento e quarenta e cinco) funcionários.	Mês	07	1.900,00	13.300,00

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: faculta o Artigo 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, com previsão na cláusula Quinta do contrato
DATA ASSINATURA: 19 de janeiro de 2026.

VEREADORES

LEGISLATURA 2025 - 2028

Brenna Victória Leonardo Ferreira Nóbrega
Cícera Bezerra Leite Batista (Suplente em exercício)
David Carneiro Maia
Decilânio Cândido da Silva
Emanuel Rodrigues de Araújo
Francisco de Sales Mendes Júnior (Afastado)
Francisco Simões de Lucena (Suplente em exercício)
Heber Tiburtino Leite
João Batista de Souza Júnior
Jonatas Kaiky de Oliveira Santana
José Ítalo Gomes Candido
Maikon Roberto Minervino
Maria de Fátima Medeiros de Mária
Marilúcia de Lira Souza (Afastado)
Marco César Souza Siqueira (Afastado)
Nadigerlane Rodrigues de Carvalho Almeida Guedes
Perla Gadelha Medeiros Lima (Suplente em exercício)
Rafael Gomes Dantas
Samuel Figueiredo Ferreira Lima (Suplente em exercício)
Valtide Paulino Santos
Willami Alves de Lucena (Afastado)